

Ata Executiva

Reunião do Grupo Técnico de Trabalho de Mensuração, Relato e Verificação

DATA

23 de outubro de 2025.

LOCAL

Virtual, via Microsoft Teams, com Transmissão ao vivo pelo YouTube (para reunião completa, acessar o [link](#))

Horário: das 14h00 às 16h00

PAUTA

- Plano de Trabalho
- Demandas CGU

PARTICIPANTES

Consultar lista de presença anexa.

ASSUNTOS TRATADOS

ABERTURA

- Roberta Cantinho, Diretora do Departamento de Políticas para o Controle do Desmatamento (DPCD) e Vice-Presidente da CONAREDD+, deu as boas-vindas e relembrou o papel do GTT-MRV, indicando o novo momento do grupo após a Lei 15.042/24, que traz mudança para o papel da CONAREDD+, pois agora, formalmente, tem uma influência em relação à Resolução nº 19, de 1º de agosto de 2025, que estabelece diretrizes para a implementação REDD+ em iniciativas em escala jurisdicional e de projeto no credenciamento de metodologias que serão consideradas para o SBCE. , Relembrou que no ano anterior foi desenvolvido no plano de trabalho, porém, a lei trouxe o novo contexto da exclusão de áreas de projetos de carbono florestal, junto com expectativa de a CONAREDD+ apoiar o órgão gestor nessas tomadas de decisão. Afirmou ainda que, diante do contexto da Lei, o momento é de revisão do decreto que instituiu a CONAREDD+, para melhor acomodar as novas

atribuições. A CONAREDD+ passou por auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), que recomendou a priorização de estudos relacionados às metodologias de geração de créditos de carbono florestal, no âmbito deste grupo, e por isso, está sendo proposto no plano de trabalho, a fim de que se traga os subsídios técnicos para se discutir sobre as metodologias e avaliações sobre os programas jurisdicionais e projetos. Trouxe a indicação do que será discutido na reunião, sobre a revisão do que está na Resolução da CONAREDD+, salientando que não é o FREL que dá as diretrizes para o Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (INGEE), o pelo contrário, o FREL é que se utiliza de metodologia consistente com aquela do INGEE. Roberta reiterou que a Beatriz é quem conduzirá a Secretaria Executiva da CONAREDD+ a partir de 7 de novembro de 2025, segundo o Decreto.

- A diretora do Departamento de Instrumentos de Mercado e REDD+ Beatriz Soares agradeceu, reiterou sobre o decreto e o tempo para que ele entre em execução, de fato, e as organizações internas, dentro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e informou que a Secretaria Nacional de Mudança do Clima contará com duas coordenações gerais que lidam com emissões florestais, sendo elas: Coordenação-Geral de Instrumentos de Mercado e Coordenação-Geral de REDD+.
- Mariane Nardi, da Secretaria Executiva da CONAREDD+, relembrou da oficina que aconteceu 1 ano atrás e que depois não tiveram mais atividades do GTT-MRV, principalmente por conta da Lei 15.042/24, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), e das reorganizações internas. Indicou o envio do Plano de Trabalho que será utilizado como base para a reunião. Salientou a importância do preenchimento da lista de presença e em relação ao aceite na sala do Teams, sendo exclusivo para os membros e convidados, tendo o link do Youtube como sessão pública.
- Alexandre Avelino agradeceu a participação de todos, reforçou o papel do GTT antes e depois da Lei 15.042/24, principalmente em relação aos projetos de jurisdicionais, por isso, o Plano de Trabalho ser objeto da reunião é uma forma de refletir essa mudança. Alexandre compartilhou o arquivo do plano de trabalho, para ser trabalhado ponto a ponto no coletivo.

REVISÃO DO PLANO DE TRABALHO

- Realizou a leitura inicial, indicando que alguns pontos do plano de trabalho foram retirados do Marco de Varsóvia, sendo refletido no funcionamento do grupo.
- Com base na Lei e no que indica o parágrafo, é proposto o seguinte. O FREL não da base para o INGEE. Foi tentado refletir que existem iniciativas de

alinhamento entre este e as submissões de REDD+ à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O alinhamento decorre de demanda dos avaliadores de REDD+ na UNFCCC, que questionam, por exemplo, o porquê da não utilização do mesmo dado de atividade para estas submissões. Mariane reforçou que as macroatividades estão na resolução de março de 2024, de criação do GTT, e hoje, estão buscando alinhamento por meio de ajustes da redação. A abordagem é muito mais de parâmetros mínimos, como, por exemplo, o que foi discutido no GTT Salvaguardas, a fim de alinhar ações em diferentes escalas. A atividade III do plano de trabalho está presente por causa da necessidade de o GTT MRV e a CONAREDD+ estruturarem melhor o funcionamento de REDD+ dentro do SBCE e alguns insumos que saem dos GTTs da CONAREDD+. Há uma demanda específica, decorrente de auditoria da CGU, que indica a necessidade de priorizar no plano de trabalho, análises e estudos relacionados a diferentes metodologias de geração de créditos de carbono por REDD+ para subsidiar o Órgão Gestor do SBCE no credenciamento de metodologias para geração de CRVEs a partir de projetos de carbono florestal. Necessário então colocar o grupo em contato com as metodologias e as regras existentes, formando um conjunto de parâmetros mínimos para oferecer ao órgão gestor do SBCE.

- Mariane relembrou que a lei não traz atribuição à CONAREDD+ quanto às metodologias, pois quem decide em relação às metodologias é o Órgão Gestor do SBCE. Contudo, CONAREDD+ e GTT-MRV precisam estar preparados para debater e produzir insumos técnicos sobre este tema. Alexandre salientou os diferentes segmentos que estão representados junto ao GTT-MRV, que é muito útil para refletir sobre os critérios. Beatriz questionou em relação às terminologias empregadas no plano de trabalho. O GTT-MRV avaliará os padrões, as certificadoras ou ambos? E a outra dúvida apresentada foi em relação às atividades de REDD+, pois o projeto de REDD+ para o mercado voluntário é diferente do empregado em projetos de Aflorestamento, Reflorestamento e Revegetação (ARR), mas que ambos estão dentro da iniciativa nacional. Equipe do MMA apresentou o entendimento de que o grupo avalia escolhas metodológicas, logo, avalia metodologias. Contudo, representantes do setor privado contribuiu com a percepção de que é muito difícil se ver a metodologia dissociada do padrão - posicionamento acatado pelos membros e convidados presentes e refletido no texto. De toda forma, o grupo concordou que as atividades de ARR são consideradas no escopo maior como atividades de REDD+, até porque ARR leva a incremento de estoques, e para se refletir nas políticas mais amplas de recuperação florestal, seria necessário agregar as atividades. Thiago Viscondi (Aliança NBS) relatou que, a partir das suas experiências com certificadoras, é muito difícil ver o padrão sem as metodologias, de forma desassociada. Beatriz sugeriu incluir padrão e

metodologias no texto. Dentro da UNFCCC, reitera que os projetos de REDD+ no mercado de florestal e ARR estão dentro do guarda-chuva de REDD+ da Convenção. E salienta que, no momento que o FREL for contabilizar recuperação, degradação, restauração, deveria já estar incluído, tornando-o mais amplo. Raoni Rajão salienta que acredita ser importante deixar mais amplo, pois a metodologia do artigo 6.4, em que o ARR não existe fora do FREL e da contabilidade nacional, e não existe de forma independe do aumento ou redução da taxa de desmatamento. Então, é necessário estar alinhado ao FREL, e por isso, deixar explícito. Alexandre questiona sobre o que acham em relação às redações propostas, aguardando opiniões contrárias. Jean Ometto (SBPC) reitera a importância da mudança de redação, para a padronização. Mariane propõe que já se conclua essa primeira proposta, provocando manifestações. Por ausência de contradições, as propostas foram aprovadas.

- Em relação às atividades propostas, Alexandre deu continuidade na leitura do plano de trabalho. Até o momento se falou das práticas de acesso a recurso, mas existe um desenvolvimento do tema que depende da prática, o que deve ser valorizado.
- Salientou que o repositório não é uma atividade nova, é uma iniciativa interna e contínua: o que antes era um repositório feito para avaliadores internos para avaliação do FREL e anexo técnico, pode se transformar em uma plataforma para transparência, com anexos técnicos, submissões, fontes, bases de dados, dados para recálculo de FREL etc. Assim, o repositório se tornaria útil para quem é especialista e para quem está entrando no tema agora.
- As iniciativas que temos hoje são de ART/TREES, JNR/VERRA, não existe metodologias específicas dos jurisdicionais, mas acreditou-se ser bom já trazer o que é apresentado pelo GCF na UNFCCC. Beatriz sugeriu mudar a redação, retirando o “mercado voluntário”, para não dar a entender que seja exclusivo do mercado voluntário. Janaina Dallan (Carbonext), salientou que, se for indicar todas as metodologias, seriam muitas, então ou indica todas ou nenhuma. Sugeriu não deixar no documento a ordem indicada por Raoni, e sim deixar para ser decidido e discutido no grupo.
- Alexandre trouxe duas preocupações: em relação ao tempo, que está apertado e necessitando priorizar algumas atividades específicas; em relação a quase um processo de formação, avaliando metodologias, então relatou achar interessante a sugestão de Raoni em colocar em uma ordem indicativa.
- Beatriz concordou com a Janaína em não colocar as metodologias no documento. Indicou o mesmo que a Larissa sugeriu no chat, que o MDIC está em um projeto, apoiado pelo UK-PACT, que está fazendo comparação de

várias metodologias de REDD+, ARR e IFM, então, talvez a primeira atividade seria trazer o pessoal da WayCarbon, que está fazendo o trabalho junto com o MDIC, para se ter um panorama, e, em reunião, é possível discutir tudo de forma mais aprofundada, podendo sair com rol do que se pode fazer e priorizar. A primeira grande atividade seria o mapeamento, para na reunião analisar como encaminhar esse tema. Salientou também a necessidade de explicar o que é padrão, metodologia e certificadora, a fim de que todo mundo parta de um mesmo local em relação às terminologias. Alexandre salientou que incluiu na redação a sugestão de fazer a reunião com a Waycarbon para apresentar o mapeamento que está fazendo para o MDIC. Solicitou também que a Janaina enviasse o link das outras certificadoras indicadas. Mariane comentou que estava no radar fazer este convite, e reforçou para que os membros indicassem nomes para participar desta reunião e que, de qualquer forma, a Secretaria Executiva vai buscar, através de reuniões bilaterais, pessoas que dominem a temática para auxiliar na reunião. Marcia Stanton (PNUD) sugeriu incluir o escrito completo do mercado voluntário de carbono e entendeu que o objetivo do GTT-MRV é produzir subsídios para as escolhas das metodologias. Alexandre fez a alteração da redação nos itens 3 e 4, conforme sugestão do Maurício: buscando subsidiar o processo de elegibilidade pelo Órgão Gestor do SBCE. Beatriz reforçou que todas as atividades são em relação às macroatividades, já indicadas anteriormente, e que o que diz a Lei 15.042/24 é sobre o credenciamento e não sobre a elegibilidade, propondo esta troca de palavras. Maurício acordou com a alteração de “elegibilidade” para “credenciamento” e Alexandre fez essa mudança. Marcia Stanton sugeriu que no item V das macroatividades se mude a redação de “processos pertinentes” para “processos de credenciamento de metodologias”

Mariane relatou que, neste momento, seria importante avaliar o todo, como a potencialidade de geração de crédito, estando tudo em um mesmo cenário.

- Marcia salienta que se a ideia é fazer um apanhado do que foi feito nos itens 3, 4 e 5, sugere que seja um processo de avaliação. Alexandre concordou que esse seria o ideal, a se usar como exemplo o que foi feito no GTT Salvaguardas. Questionou se o GTT vai apresentar uma lista para o órgão gestor. Mariane e Beatriz reiteraram que essa não é uma obrigação do GTT. Beatriz falou que seria então uma conclusão da atividade, tomando uma materialidade em forma de documento do GTT. Mariane salientou que essa atividade seria a 7. Reforçou que foram muitas pessoas que trabalharam no documento. Tanto para jurisdicional quanto privadas, seria necessário que houvesse discussão crítica com estudos a partir de outro olhar das metodologias. Marcia salienta que a etapa de convidar especialista seria para as atividades 3 e 4 e que a atividade 6 seria um fechamento do grupo, como uma oficina, por exemplo, onde após todos os estudos, ter capacidade de fazer

uma avaliação geral. E sugeriu que o 7 ficasse incluso no 6, pois a entrega do resultado do 6 seria esse relatório, sugerindo então a retirada do item 7.

- Alexandre salientou que algumas atividades serão presenciais, tarefas assíncronas, reuniões online, e então, faria sentido recomendação e a consolidação ser esse momento assíncrono. Janaina falou sobre a produção do relatório em relação as metodologias, questionou se há conhecimento se o órgão gestor vai fazer a análise das metodologias para avaliar qual vai ser aceita ou vai deixar para a CONAREDD+ fazer. Caso seja para a CONAREDD+ seria necessário ir com documento conciso de qual metodologia serve e qual não serve, de forma clara e objetiva. Para ela, um dos papéis da CONAREDD+ é justamente dizer qual metodologia serve e qual não serve. Beatriz responde que entende que, pela lei, a CONAREDD+ não precisa se pronunciar sobre metodologias, só sobre salvaguardas, mas concordou com a Janaina para que se crie esse documento. Reforçou que não precisa constar no plano de trabalho e salientou a necessidade de retirar o “para MVC” da redação. Mauricio falou sobre sua percepção em relação às funções do GTT MRV, em que as recomendações e subsídios que o grupo pode dar, deveriam ser em formato de orientações em relação às metodologias, com informações precisas. Alexandre salientou que, antes o objetivo era fazer um bom FREL, mas agora o assunto está muito maior que no plano de trabalho. Para que se coubesse no tempo de 1 ano e alguns meses, se restringiu um pouco as atividades, não constando todas as atividades requeridas pelo tema MRV. Beatriz trouxe seu entendimento em relação a essa discussão, e salientou que precisa focar e entregar para depois poder ampliar. Essas discussões surgirão no item 5, mas não precisa constar no plano de trabalho. Ela entende que é importante, mas quando começar a discutir as metodologias e o item 5, vai naturalmente acontecer, e quando se perceber a atividade que relaciona ao Art. 6 e ITMOs, fazer uma discussão mais aprofundada nisso.

- Mariane realizou a leitura do chat, onde se desenvolveram debates paralelos. Henrique falou sobre a TeroCarbon e a Mariane salientou que ela já está no mapeamento de certificadora. Larissa falou sobre a ação do MDIC que já havia citado incluído no documento. Natali fez uma sugestão, que foi contemplada nas discussões anteriores, questionou se haverá resolução para abordar as recomendações feitas no GTT, e Mariane respondeu que resolução não seria o documento ideal e que seria necessário pensar em algum outro documento. Stoney diz que o regimento da CONAREDD+ fala sobre a regulação de padrões e metodologias técnicas para o desenvolvimento de projetos e ações de REDD+ e Mariane fala sobre a reestruturação do decreto, pois a lei traz outras orientações e atribuições para a CONAREDD+, por isso se torna temeroso.

- Entra na função do GTT que está mais alinhado ao que era feito no ano passado. Os itens seguintes foram apresentados no workshop que abriu o GTT MRV. Diz respeito a vigência do grupo, mas já prevê a prorrogação do cronograma por conta do ano eleitoral. Mariane conferiu no decreto, regimento e resolução acerca da vigência e são 2 anos a partir da resolução, podendo ser prorrogado por mais 2 anos. Então provavelmente já saia um decreto para ampliar a vigência. Marli compartilhou o entendimento que os GTTs dentro da CONAREDD+ deveriam ser permanentes, assim como as câmaras técnicas dentro da CONAMA. O mandato pode ser de 2 anos, renovável por mais 2, mas a existência do GTT deveria ser permanente, pois as discussões e subsídios serão permanentes. Sugere então que se coloque essa proposta em normativa ou resolução. Beatriz concordou com Marli, mas traz a preocupação em relação a quantidade de grupos e dificuldade de se administrar os GTTs. Se recordou que foi criado o temporário para que se houvesse uma variação de GTTs ativos, questionando se haveria criação de novos depois. Mas salienta que não há necessidade de discutir isso nesta reunião. Mauricio falou sobre a integridade do FREL nacional, e sobre a percepção inicial que tinha sobre a dificuldade de performar. Questionou se outros países fizeram assim ou se existe outra forma. Sugeriu olhar o FREL de outros países com florestas tropicais, pois relatou estar difícil performar, principalmente com o aumento de estados elegíveis. Alexandre respondeu que estes assuntos serão abordados no item 5 de atividades. E salientou que as regras de acesso aos recursos já foram mais apertadas, e que qualquer país que está se organizando para o ART TREES percebeu esse rigor também. Mariane sugere que haja troca de experiência sobre FREL – embora não esteja explícito no plano de trabalho.
- Alexandre apresenta o cronograma, que é contemplado até setembro de 2027. A terceira reunião foi planejada como oficina presencial no primeiro semestre de 2026 - será alterada a redação para não ser exclusiva do MVC. Mariane salientou que são duas atividades que serão abordadas na mesma oficina. A quarta reunião, prevista para maio de 2026 poderá abordar como o nível de referência é feito em outros países. A sétima reunião, foi planejada para abril de 2027, quando já estiver sido encaminhado novo BTR e possivelmente se planejará um novo FREL, entre outros assuntos. Mariane salientou que o BTR já terá sido publicado em 2026, assim, sugeriu que na 6ª reunião já se poderia debater o BTR também. Salientou ainda que, ao fazer o plano de trabalho, não sabiam que iam ter 7 reuniões para as atividades, mas que há outras demandas que possam surgir e assim, necessidade de reduzir o tempo e ampliar o número de reuniões.
- A oitava reunião foi prevista para setembro de 2027, com objetivo de coletar ou revisitar os insumos e começar a discutir sobre a elaboração do FREL. A submissão do FREL pode depender de necessidades políticas, estando sujeito a isso. Beatriz reiterou que talvez seja necessário corrigir a redação da tabela

a partir dos acordos de texto feito anteriormente. Questionada por Marli sobre a data de encerramento do GTT, Mariane respondeu que, no cronograma foi colocado setembro de 2027, e explicou sobre a validade de 2 anos que consta na resolução, sendo março de 2026, mas podendo ser prorrogado até março de 2028.

- Mariane sugeriu reunião interna da diretoria para pensar como sugerir essa mudança após a lei, havendo flexibilidade de propostas, como possibilidade de criação de grupo de temporário de assuntos específicos. Então é necessário avaliar quais debates são permanentes e quais são temporários.
- Caminhando para o encerramento da reunião, Mariane informou que esta será a última reunião do ano, uma vez que as agendas estão muito apertadas por conta da COP. Reforçou que haverá reunião da CONAREDD+ no final de novembro e salientou sobre a existência do grupo do whatsapp para os membros do GTT. Ao divulgar o canal da CONAREDD+ no whatsapp, informando que este é aberto a todos, reforçou que a via de comunicação oficial segue sendo por e-mail e que o grupo de whatsapp é uma forma de aproximar os membros. Reforçou sobre a mudança de secretaria que está acontecendo e apresentou a agenda da CONAREDD+ prevista até o final do ano. Beatriz agradeceu a participação e os debates durante a reunião, o empenho e contribuição de todos.

Lista de presença da 2ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho de MRV

Membro	Instituição
Alexandre Santos Avelino	MMA/SECD
Beatriz Motta Rodrigues	Consultora do programa JREDD+ Tocantins
Beatriz Soares da Silva	MMA/SMC
Cassia Barbosa Saretta	MMA/SMC
Elis do Nascimento Silva	MPI
Elsa Mendoza	Sociedade Civil
Fábio Bolzan	ABEMA
Fabio Henrique Fragoso de Sousa	SEMARH-TO
Henrique dos Santos Pereira	Inpa/ MCTI
Jaksilande Araújo de Lima	IMC (Acre)
Janaina Dallan	Setor Privado
Jean Ometto	SBPC
Jorge Caetano Junior	MAPA
Larissa Carolina Loureiro Villarroel	MDIC
Marcia Silva Stanton	PNUD
Mariane Nardi	MMA/SECD
Natali Vilas Boas Silveira	Sociedade Civil
Rafael Gomes de Moura	Setor Privado
Rafaela Borges	MMA/SECD
Raoni Rajão	UFMG
Renata Oliveira Costa	GIZ Brasil
Rodrigo Correa Ramiro	MPO (SEPLAN)
Stoney do Nascimento Pinto	Sociedade Civil
TATIANA DIAS GAUI	PNUD
Thiago de Freitas Viscondi	Setor Privado